

SIMULADO ESPECIAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Analista Legislativo - Comunicação Social: Jornalismo - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **Câmara dos Deputados**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/Gqqvej3sS5wToojr5

01 - Ⓒ Ⓔ	21 - Ⓒ Ⓔ	41 - Ⓒ Ⓔ	61 - Ⓒ Ⓔ	81 - Ⓒ Ⓔ	101 - Ⓒ Ⓔ	121 - Ⓒ Ⓔ	141 - Ⓒ Ⓔ	161 - Ⓒ Ⓔ
02 - Ⓒ Ⓔ	22 - Ⓒ Ⓔ	42 - Ⓒ Ⓔ	62 - Ⓒ Ⓔ	82 - Ⓒ Ⓔ	102 - Ⓒ Ⓔ	122 - Ⓒ Ⓔ	142 - Ⓒ Ⓔ	162 - Ⓒ Ⓔ
03 - Ⓒ Ⓔ	23 - Ⓒ Ⓔ	43 - Ⓒ Ⓔ	63 - Ⓒ Ⓔ	83 - Ⓒ Ⓔ	103 - Ⓒ Ⓔ	123 - Ⓒ Ⓔ	143 - Ⓒ Ⓔ	163 - Ⓒ Ⓔ
04 - Ⓒ Ⓔ	24 - Ⓒ Ⓔ	44 - Ⓒ Ⓔ	64 - Ⓒ Ⓔ	84 - Ⓒ Ⓔ	104 - Ⓒ Ⓔ	124 - Ⓒ Ⓔ	144 - Ⓒ Ⓔ	164 - Ⓒ Ⓔ
05 - Ⓒ Ⓔ	25 - Ⓒ Ⓔ	45 - Ⓒ Ⓔ	65 - Ⓒ Ⓔ	85 - Ⓒ Ⓔ	105 - Ⓒ Ⓔ	125 - Ⓒ Ⓔ	145 - Ⓒ Ⓔ	165 - Ⓒ Ⓔ
06 - Ⓒ Ⓔ	26 - Ⓒ Ⓔ	46 - Ⓒ Ⓔ	66 - Ⓒ Ⓔ	86 - Ⓒ Ⓔ	106 - Ⓒ Ⓔ	126 - Ⓒ Ⓔ	146 - Ⓒ Ⓔ	166 - Ⓒ Ⓔ
07 - Ⓒ Ⓔ	27 - Ⓒ Ⓔ	47 - Ⓒ Ⓔ	67 - Ⓒ Ⓔ	87 - Ⓒ Ⓔ	107 - Ⓒ Ⓔ	127 - Ⓒ Ⓔ	147 - Ⓒ Ⓔ	167 - Ⓒ Ⓔ
08 - Ⓒ Ⓔ	28 - Ⓒ Ⓔ	48 - Ⓒ Ⓔ	68 - Ⓒ Ⓔ	88 - Ⓒ Ⓔ	108 - Ⓒ Ⓔ	128 - Ⓒ Ⓔ	148 - Ⓒ Ⓔ	168 - Ⓒ Ⓔ
09 - Ⓒ Ⓔ	29 - Ⓒ Ⓔ	49 - Ⓒ Ⓔ	69 - Ⓒ Ⓔ	89 - Ⓒ Ⓔ	109 - Ⓒ Ⓔ	129 - Ⓒ Ⓔ	149 - Ⓒ Ⓔ	169 - Ⓒ Ⓔ
10 - Ⓒ Ⓔ	30 - Ⓒ Ⓔ	50 - Ⓒ Ⓔ	70 - Ⓒ Ⓔ	90 - Ⓒ Ⓔ	110 - Ⓒ Ⓔ	130 - Ⓒ Ⓔ	150 - Ⓒ Ⓔ	170 - Ⓒ Ⓔ
11 - Ⓒ Ⓔ	31 - Ⓒ Ⓔ	51 - Ⓒ Ⓔ	71 - Ⓒ Ⓔ	91 - Ⓒ Ⓔ	111 - Ⓒ Ⓔ	131 - Ⓒ Ⓔ	151 - Ⓒ Ⓔ	171 - Ⓒ Ⓔ
12 - Ⓒ Ⓔ	32 - Ⓒ Ⓔ	52 - Ⓒ Ⓔ	72 - Ⓒ Ⓔ	92 - Ⓒ Ⓔ	112 - Ⓒ Ⓔ	132 - Ⓒ Ⓔ	152 - Ⓒ Ⓔ	172 - Ⓒ Ⓔ
13 - Ⓒ Ⓔ	33 - Ⓒ Ⓔ	53 - Ⓒ Ⓔ	73 - Ⓒ Ⓔ	93 - Ⓒ Ⓔ	113 - Ⓒ Ⓔ	133 - Ⓒ Ⓔ	153 - Ⓒ Ⓔ	173 - Ⓒ Ⓔ
14 - Ⓒ Ⓔ	34 - Ⓒ Ⓔ	54 - Ⓒ Ⓔ	74 - Ⓒ Ⓔ	94 - Ⓒ Ⓔ	114 - Ⓒ Ⓔ	134 - Ⓒ Ⓔ	154 - Ⓒ Ⓔ	174 - Ⓒ Ⓔ
15 - Ⓒ Ⓔ	35 - Ⓒ Ⓔ	55 - Ⓒ Ⓔ	75 - Ⓒ Ⓔ	95 - Ⓒ Ⓔ	115 - Ⓒ Ⓔ	135 - Ⓒ Ⓔ	155 - Ⓒ Ⓔ	175 - Ⓒ Ⓔ
16 - Ⓒ Ⓔ	36 - Ⓒ Ⓔ	56 - Ⓒ Ⓔ	76 - Ⓒ Ⓔ	96 - Ⓒ Ⓔ	116 - Ⓒ Ⓔ	136 - Ⓒ Ⓔ	156 - Ⓒ Ⓔ	176 - Ⓒ Ⓔ
17 - Ⓒ Ⓔ	37 - Ⓒ Ⓔ	57 - Ⓒ Ⓔ	77 - Ⓒ Ⓔ	97 - Ⓒ Ⓔ	117 - Ⓒ Ⓔ	137 - Ⓒ Ⓔ	157 - Ⓒ Ⓔ	177 - Ⓒ Ⓔ
18 - Ⓒ Ⓔ	38 - Ⓒ Ⓔ	58 - Ⓒ Ⓔ	78 - Ⓒ Ⓔ	98 - Ⓒ Ⓔ	118 - Ⓒ Ⓔ	138 - Ⓒ Ⓔ	158 - Ⓒ Ⓔ	178 - Ⓒ Ⓔ
19 - Ⓒ Ⓔ	39 - Ⓒ Ⓔ	59 - Ⓒ Ⓔ	79 - Ⓒ Ⓔ	99 - Ⓒ Ⓔ	119 - Ⓒ Ⓔ	139 - Ⓒ Ⓔ	159 - Ⓒ Ⓔ	179 - Ⓒ Ⓔ
20 - Ⓒ Ⓔ	40 - Ⓒ Ⓔ	60 - Ⓒ Ⓔ	80 - Ⓒ Ⓔ	100 - Ⓒ Ⓔ	120 - Ⓒ Ⓔ	140 - Ⓒ Ⓔ	160 - Ⓒ Ⓔ	180 - Ⓒ Ⓔ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/3fgn46

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://concursos.estrategia.com/curso/simulado-especial-camara-dos-deputados-analista-legislativo-comunicacao-social-jornalismo-14-11-2026-banca-cebraspe-pos-edital

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo

Texto 1

A Doença de Alzheimer corresponde, atualmente, à forma mais comum de demência, sendo a grande causa de comprometimento cognitivo e comportamental no envelhecimento. Estudos realizados em 2010 apontam que existem cerca de 35 milhões de casos no mundo, e sua prevalência vem aumentando de forma significativa. Com base na expectativa de vida que aumenta em países em desenvolvimento, estima-se que, no mundo, em 2050, 22% da população seja composta por idosos. No Brasil, conforme estimativas para 2020, a expectativa de vida ultrapassará os setenta e cinco anos, chegando a 15% da população. Nesse contexto, o Brasil será o sexto país no mundo com pessoas idosas, existindo uma expectativa de aumento de doenças degenerativas, dentre elas o Alzheimer.

Dentre as 10 primeiras causas de óbitos nos Estados Unidos, a Doença de Alzheimer ocupa a 6ª posição no ranking, sendo a única que não tem como ser prevenida e tampouco curada. Além disso, a taxa de mortalidade das doenças que ocupam as primeiras posições, como as cárdio e cerebrovasculares, tem diminuído, enquanto a taxa de óbito por Alzheimer tem aumentado. Embora a Doença de Alzheimer seja uma doença progressiva e incurável, muito já se avançou em benefício e melhoria da qualidade de vida dos portadores e cuidadores, com medicações que melhoram a cognição e diminuem as alterações comportamentais durante seu uso, além da criação de bons instrumentos de avaliação e de critérios diagnósticos mais claros.

Contudo, existe uma grande parcela de profissionais da área da saúde e cuidadores sem esclarecimentos norteadores sobre tal patologia, enfrentando, nas diversas fases da doença, a dúvida do que fazer, bem como sobre o tipo de apoio que necessitam para enfrentar a doença em todo o seu longo curso. Em se tratando de doença neurológica crônica-degenerativa, pode haver dúvidas em relação ao manejo do doente, afetando aspectos de ordem pessoal, emocional, financeiro e social do paciente e de seus familiares.

POLTRONIERE, Silvana; CECCHETTO, Fátima Helena; NOGUEIRA DE SOUZA, Emiliane. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rgenf/a/3cYxYjqCSTd7dBDmT8P58cJ/>. Acesso em: 11 de out. 2023. Fragmento adaptado.

Julgue os itens a seguir, referente às ideias e a aspectos linguísticos do texto precedente.

1. O texto caracteriza-se como predominantemente descritivo.

2. De acordo com o texto, a Doença de Alzheimer é a principal causa de prejuízos às capacidades cognitivas na população idosa.

3. Com base na leitura do texto, é correto afirmar que pesquisas sobre a cura da Doença de Alzheimer já apresentaram avanços significativos.

4. Da leitura do texto infere-se que, no passado, os profissionais de saúde não dispunham de instrumentos adequados de avaliação da Doença de Alzheimer.

5. No trecho "enquanto a taxa de óbito por Alzheimer tem aumentado" (segundo parágrafo), o conectivo “enquanto” veicula ideia de proporcionalidade, então sua substituição por **à medida que** manteria os sentidos e a correção gramatical do texto.

6. No trecho “sua prevalência vem aumentando” (segundo período do primeiro parágrafo), o vocábulo “sua” retoma "Estudos".

7. Estariam preservados a correção gramatical e os sentidos do texto caso, no trecho "A Doença de Alzheimer corresponde, atualmente, à forma mais comum de demência" (primeiro período do texto), o vocábulo “atualmente" fosse deslocado, com as vírgulas que o acompanham, para imediatamente depois de “Alzheimer”.

8. No trecho "a taxa de mortalidade das doenças que ocupam as primeiras posições" (segundo período do segundo parágrafo), a oração introduzida pelo vocábulo "que" exerce função adjetiva e tem sentido restritivo.

9. No trecho "para enfrentar a doença" (3º parágrafo), o vocábulo “a” poderia ser corretamente substituído por **à.**

10. Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso se inserisse vírgula após o segmento “Estudos realizados em 2010” (primeiro parágrafo).

11. No trecho “o Brasil será o sexto país no mundo com pessoas idosas, existindo uma expectativa de aumento de doenças degenerativas, dentre elas o Alzheimer.” (final do primeiro parágrafo), a substituição da vírgula empregada imediatamente após “degenerativas” por ponto e vírgula manteria a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.

12. A forma pronominal “se”, em “estima-se que” (primeiro parágrafo), poderia ser corretamente deslocada para imediatamente antes da forma verbal, da seguinte forma: se estima que.

13. No trecho “criação de bons instrumentos de avaliação e de critérios diagnósticos mais claros" (final do segundo parágrafo), o vocábulo “claros” poderia ser substituído, sem alteração dos sentidos originais, por "visíveis".

14. No último parágrafo do texto, os termos preposicionados em “profissionais da área” e “manejo do doente” desempenham funções sintáticas distintas.

15. No trecho "muito já se avançou em benefício e melhoria da qualidade de vida dos portadores e cuidadores " (segundo parágrafo), a partícula "se" é classificada como índice de indeterminação do sujeito.

16. Em “estima-se que, no mundo, em 2050, 22% da população seja composta por idosos” (1º parágrafo), a substituição da forma verbal “seja composta” por "sejam compostas" manteria a correção gramatical do texto.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

If you want to get really good at French, Arabic or Hungarian, don’t start with rote learning vocabulary and grammar; instead, focus on how they sound, research suggests. A new study of how humans learn modern languages has found that the brains of the most talented linguists hear foreign terms as random noise, not words. Normally, when people learn a language, they try to understand it through the sounds of their native tongue. The more different the foreign language’s sounds and pronunciation are from the native language, the harder the new language will probably be to learn. But the best linguists master even the trickiest pronunciation much more easily.

To find out why, researchers compared the auditory precision of 67 Japanese learners of English by measuring their ability to detect slight changes in pitch, length and tone, in non-speech sounds. Using functional MRI scans, they measured participants’ brain activity as they tried to distinguish between English vowel sounds that do not occur in Japanese. They found that those with higher auditory precision mastered the pronunciation of new languages faster and more accurately than other learners and relied less on the brain’s left sensorimotor system (involved in language processing) when processing foreign-language sounds. Instead, their brain activity patterns were similar to those that occur when the brain processes non-speech sounds. With less interference from pre-existing patterns of their native language, it was simpler for these learners to accurately process new sounds.

In contrast, those with lower auditory precision relied more on the brain’s left sensorimotor network when listening to foreign-language sounds. They used the pronunciation patterns of their native language when processing unfamiliar sounds. The problem is more likely to be that many people receive too little meaningful exposure, combined with teaching methods that do not necessarily train the auditory skills needed to make the most of that limited exposure. If you only hear and use the language for a small number of hours each week, having a good ear may make a much bigger difference.

The findings also suggest schools should focus on sounds much more than just grammar and vocabulary when teaching modern languages. Foreign language education should move beyond an approach based on

more practice and towards one that develops learners' ear for language learning in line with their auditory characteristics. Traditional language learning relies on structured practice, but our brains are naturally attuned to acquire languages through exposure. This study confirms how vital listening is to learning, though learners vary in their sound sensitivity, at least in the early stages of hearing a new language.

Internet: <www.theguardian.com> (adapted).

Concerning the preceding text, judge the following items.

17. It can be concluded from the first paragraph that the most talented linguists succeed mainly because they have a better memory for foreign vocabulary and grammar than other learners.

18. It is correct to infer from the first paragraph that, for the most talented linguists, hearing foreign terms as *"random noise, not words"* helps them avoid filtering those terms through the sounds of their native tongue.

19. The second paragraph shows that the researchers used non-speech sounds to assess general auditory precision and used English vowel sounds that do not occur in Japanese to observe how participants' brains handled foreign sounds.

20. In *"Instead, their brain activity patterns were similar to those that occur when the brain processes non-speech sounds"* (fourth sentence of the second paragraph), *"their"* refers to the learners with higher auditory precision, while *"those"* retakes *"brain activity patterns"*.

21. The segment *"With less interference from pre-existing patterns of their native language"* (last sentence of the second paragraph) could be rewritten as *"Since pre-existing patterns of their native language interfered less"* without altering the meaning of the sentence.

22. According to the third paragraph, learners with lower auditory precision were incapable of processing foreign-language sounds because they relied exclusively on the brain's left sensorimotor network.

23. The expression *"do not necessarily train"* (third sentence of the third paragraph) indicates that teaching methods never develop the auditory skills needed to take advantage of limited exposure.

24. The expression *"move beyond an approach based on more practice"* (second sentence of the fourth paragraph) shows that the author believes that practice should be eliminated from foreign language education.

25. According to the second paragraph, the brain activity of the 67 Japanese learners was recorded by functional MRI while they detected changes in pitch, length and tone of non-speech sounds.

26. It can be concluded from the text that talented linguists succeed because their brains rely on the left sensorimotor system to compensate for the difference between foreign sounds and those of their native language.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Marcos, servidor estável da Câmara dos Deputados, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, exerce função de confiança de chefe de serviço em unidade administrativa da Casa. Após denúncia, constatou-se que ele utilizava, durante o expediente, dois servidores subordinados para organizar a documentação de um imóvel particular seu e para realizar compras pessoais. A autoridade competente instaurou processo administrativo disciplinar para apurar os fatos e passou a avaliar quem assumiria a chefia caso Marcos fosse dispensado da função. Pelos mesmos fatos, Marcos passou a responder a ação penal e a ação de improbidade administrativa, esta fundada no art. 9º, IV, da Lei n.º 8.429/1992. Na ação penal, ele foi absolvido por não existir prova suficiente para a condenação, decisão confirmada pelo tribunal e já transitada em julgado.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

27. A conduta de Marcos, por consistir no uso de pessoal da repartição em atividades particulares, configura infração de natureza leve, sujeita apenas à penalidade de advertência, desde que ele não seja reincidente.

28. Caso Marcos seja dispensado da função, a chefia poderá ser atribuída a pessoa sem vínculo efetivo com a Câmara dos Deputados, desde que se destine a atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

29. Para evitar que Marcos influa na apuração das irregularidades, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá afastá-lo do exercício do cargo por até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, prazo que admite prorrogação por igual período.

30. A absolvição criminal de Marcos, ainda que confirmada por decisão colegiada e transitada em julgado, não impede o prosseguimento da ação de improbidade, pois, segundo o STF, somente a absolvição que reconhece a inexistência do fato, a negativa de autoria ou uma excludente de ilicitude (legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito) produz esse efeito.

A Câmara dos Deputados lançou campanha publicitária para divulgar o seu programa de visitação, na qual o nome e a fotografia do presidente da Casa apareciam em destaque, apresentando o programa como uma realização pessoal dele. Na mesma semana, um cidadão apresentou, pelo sítio oficial da Câmara, pedido de acesso a informações sobre os contratos de prestação de serviços firmados pela Casa. O servidor responsável exigiu que o requerente explicasse para que utilizaria as informações e comunicou que a resposta seria dada em até trinta dias, prorrogáveis por mais trinta. Além disso, para controlar o acesso às suas dependências, a Câmara passou a utilizar sistema de reconhecimento facial, que coleta dados biométricos dos visitantes.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

31. A campanha, nos moldes descritos, ofende o princípio da impessoalidade, pois a publicidade dos programas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades.

32. A conduta do servidor responsável pelo pedido de acesso foi regular, uma vez que a Lei de Acesso à Informação permite exigir que o requerente indique a finalidade da solicitação e estabelece o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, para a resposta.

33. Os dados biométricos coletados pelo sistema de reconhecimento facial, quando vinculados a uma pessoa natural, são considerados dados pessoais sensíveis, categoria que também abrange, por exemplo, os dados sobre convicção religiosa e opinião política.

A Câmara dos Deputados pretende contratar serviços contínuos de limpeza e conservação para os seus edifícios. A equipe de planejamento elaborou o estudo técnico preliminar, que concluiu pela viabilidade da contratação, e, em seguida, o termo de referência. Após a licitação e a assinatura do contrato, a servidora Ana foi designada fiscal do contrato. Nos primeiros meses de execução, Ana constatou que a empresa contratada vinha deixando de cumprir a frequência de limpeza prevista para alguns pavimentos e que o volume de falhas poderia justificar a aplicação de sanção e até a extinção do contrato.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

34. O estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento, deve caracterizar o interesse público envolvido e a sua melhor solução, servindo de base ao termo de referência, que, por sua vez, deve conter o modelo de gestão do contrato, descrevendo como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada.

35. Na qualidade de fiscal, Ana tem competência para aplicar diretamente a multa à contratada e declarar a extinção do contrato, cabendo-lhe apenas anotar essas decisões em registro próprio.

No exercício de função administrativa, o diretor-geral da Câmara dos Deputados editou ato delegando ao diretor de recursos humanos a competência para decidir os recursos administrativos interpostos contra decisões da área de pessoal. Na mesma época, o diretor-geral, sem que a lei o exigisse, consultou a assessoria jurídica sobre a possibilidade de conceder determinada vantagem aos servidores da Casa. A assessoria emitiu parecer favorável, que foi acolhido. Posteriormente, apurou-se que a concessão causou dano ao erário, sem que houvesse indício de dolo, culpa ou erro grosseiro por parte do parecerista. Por fim, empresas do setor de turismo pretendem ajuizar ação de indenização em razão dos prejuízos sofridos com a entrada em vigor de lei federal, de caráter geral e abstrato, aprovada pelo Congresso Nacional, que reduziu benefícios fiscais do setor. A constitucionalidade dessa lei não foi questionada.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

36. A Câmara dos Deputados é entidade dotada de personalidade jurídica própria, razão pela qual a distribuição interna de competências entre a Diretoria-Geral e a Diretoria de Recursos Humanos caracteriza descentralização administrativa.

37. A delegação foi válida, pois, aplicando-se a Lei n.º 9.784/1999 aos órgãos do Poder Legislativo da União no desempenho de função administrativa, a autoridade pode delegar parte da sua competência a órgão ou titular subordinado, inclusive a decisão de recursos administrativos.

38. Por se tratar de consulta facultativa, o parecer emitido pela assessoria jurídica tem natureza meramente opinativa e não vincula o diretor-geral; assim, não cabe a responsabilização do parecerista pelo dano decorrente da concessão da vantagem.

39. Caso as empresas comprovem o prejuízo e o nexo de causalidade com a lei, a União responderá objetivamente pelos danos, uma vez que a regra constitucional da responsabilidade objetiva alcança os atos legislativos em geral, da mesma forma que os atos administrativos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

Com base na evolução dos modelos de Gestão Pública, Coprodução e Valor Público julgue os itens a seguir.

40. A administração pública burocrática fundamenta-se na autoridade racional-legal e na adoção de mecanismos de controle administrativo, exercidos predominantemente a posteriori, com o propósito de combater práticas como a corrupção e o nepotismo.

41. A Nova Gestão Pública (New Public Management – NPM) propõe a incorporação, no setor público, de princípios gerenciais provenientes da iniciativa privada. Essa abordagem compreende três estágios de desenvolvimento: Gerencialismo Puro, Consumerism e Public Service Orientation (PSO).

42. A Nova Gestão Pública (New Public Management – NPM) e a Nova Governança Pública (New Public Governance – NPG) compartilham, como característica central, a valorização da competição para a provisão de serviços públicos.

43. A Nova Governança Pública (New Public Governance – NPG) caracteriza-se pela participação de múltiplas organizações na prestação de serviços públicos, privilegiando a cooperação entre os diferentes atores envolvidos.

44. A Coprodução de serviços públicos ocorre quando o Estado e outros atores da sociedade atuam conjuntamente na produção e na prestação de serviços públicos, compartilhando esforços, conhecimentos, recursos e responsabilidades.

Com base na Governança na Administração Pública, julgue os itens a seguir.

45. O conceito de governança relaciona-se à capacidade política de governar e à legitimidade, e o conceito de governabilidade está relacionado à capacidade do governo de formular e implantar políticas públicas.

46. O conceito de accountability, no âmbito da administração pública, compreende o dever de os agentes públicos prestarem contas, com objetivo de garantir uma maior transparência de seus atos, bem como à responsabilização pelos atos decorrentes de sua gestão.

47. A *accountability* horizontal caracteriza-se pelo exercício do controle entre atores situados em posições desiguais, a exemplo do controle social.

48. A gestão pública tem função direcionadora, enquanto a governança pública tem função realizadora.

49. De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, liderança, estratégia e controle são mecanismos para o exercício da governança pública.

50. Conforme o Decreto nº 9.203/2017, governança pública consiste em produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

51. De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, são princípios da governança pública: Capacidade de resposta; Integridade; Confiabilidade; Melhoria regulatória; Prestação de contas e responsabilidade; e Transparência.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

52. A respeito do contexto histórico da elaboração da Constituição de 1988, pode-se afirmar que ela representou uma ruptura institucional completa em relação ao regime anterior, por meio do rompimento com todas as instituições jurídicas oriundas do Regime Militar.

53. O conceito de forma de governo refere-se ao modo de escolha dos governantes, sendo certo que, historicamente, o Brasil sempre adotou a República.

54. O rol constitucional de direitos e garantias fundamentais é taxativo.

55. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera cabível o ajuizamento de mandado de segurança por parlamentar para, em defesa do devido processo legislativo, impedir a tramitação de proposta legislativa com vício de inconstitucionalidade formal.

56. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a concessão de anistia.

57. Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

58. A Câmara dos Deputados pode convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

59. Embora possuam poderes de investigação de autoridade judiciária, as comissões parlamentares de inquérito não possuem poderes para quebrar sigilo bancário dos investigados.

60. Conforme a jurisprudência do STF, a imunidade material dos parlamentares por opiniões, palavras e votos não se estende a pronunciamentos realizados em redes sociais.

61. Enquanto uma legislatura na Câmara dos Deputados dura quatro anos, a legislatura no Senado Federal tem duração de oito anos.

62. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os Deputados Federais nas infrações penais comuns, ainda que relativas a fatos cometidos anteriormente ao exercício da função parlamentar.

63. Compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitarem dos limites do poder regulamentar.

64. Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, o que inclui a definição de crimes de responsabilidade, ainda que de autoridades estaduais.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

André Alencar

65. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue os itens a seguir.*

Ao criar um grupo de trabalho com um representante de cada partido com assento na Casa, o Presidente da Câmara incluiu deputado de agremiação que não alcançou a cláusula de desempenho prevista no art. 17, § 3º, da Constituição Federal. Nessa situação, esse partido não tem Liderança, mas pode indicar um de seus integrantes para expressar a posição do partido no momento da votação de proposições ou para fazer uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às Comunicações de Lideranças.

66. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue os itens a seguir.*

Três partidos constituíram Bloco Parlamentar para disputar cargos da Mesa. Meses depois, um deles se desvinculou, e o bloco, ainda com mais de três centésimos dos membros da Câmara, continuou a existir. Nessa situação, o partido que saiu poderá integrar imediatamente outro bloco, pois a vedação de constituir ou integrar novo bloco na mesma sessão legislativa alcança apenas as agremiações de bloco dissolvido.

67. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue os itens a seguir.*

Programas da emissora de televisão da Câmara dos Deputados foram reconhecidos em iniciativa internacional de comunicação pública. No âmbito da Casa, a supervisão dos veículos de comunicação cabe à Secretaria de Comunicação Social, cujo Secretário é eleito pelo Plenário, dentre os deputados no exercício do mandato, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

68. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue os itens a seguir.*

A Câmara dos Deputados realizou sessão solene para marcar data comemorativa e homenagear uma deputada e um senador que encerram longa trajetória parlamentar. Nessa sessão, que independe de número, podem ser admitidos convidados à Mesa e no Plenário, e só usam da palavra os oradores previamente designados pelo Presidente.

69. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue os itens a seguir.*

Para votar medida provisória que perderia a eficácia no dia seguinte, o Presidente da Câmara convocou sessão extraordinária com menos de vinte e quatro horas de antecedência. Nessa situação, a convocação é regular: a sessão extraordinária pode ser convocada de ofício pelo Presidente, que prefixa o dia, a hora e a Ordem do Dia, e, quando mediar tempo inferior a vinte e quatro horas, a comunicação aos deputados deve ser feita também por via telegráfica ou telefônica.

70. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir.*

Na reta final da sessão legislativa, o Presidente da Câmara, por proposta do Colégio de Líderes, convocou período de sessões extraordinárias destinado exclusivamente à votação das matérias indicadas no ato de convocação. Durante esse período, continuam a realizar-se as sessões ordinárias, e as Comissões Permanentes funcionam normalmente, desde que suas reuniões não coincidam com a Ordem do Dia do Plenário.

71. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir.*

Deputado federal investido no cargo de Ministro de Estado foi exonerado para voltar à Câmara e participar de votação de interesse do governo. Nessa situação, ele tem quinze dias para reassumir o exercício do mandato e, ao fazê-lo, deve comunicar o fato por escrito à Casa e apresentar o ato de exoneração; enquanto essa comunicação não for feita, o suplente em exercício participa normalmente dos debates e das votações.

72. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir.*

Uma deputada obteve licença para tratamento de saúde pelo prazo de noventa dias e, ao final, prorrogou-a por mais sessenta dias. Como o afastamento total supera cento e vinte dias, a Mesa deverá convocar o suplente no prazo de quarenta e oito horas.

73. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir.*

Um deputado federal eleito governador renunciou ao mandato parlamentar quando faltava menos de um mês para o fim da legislatura. Nessa situação, como faltam menos de quinze meses para o término do mandato, a vaga não será preenchida, ficando dispensada a convocação de suplente.

74. *Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir.*

Durante a inauguração de espaço que liga dois anexos da Câmara dos Deputados, constatou-se que um visitante, que não integrava a segurança da Casa, portava arma de fogo. Nessa situação, a conduta contraria proibição regimental que alcança os edifícios da Câmara e suas áreas adjacentes, e incumbe ao Corregedor, ou ao Corregedor substituto, supervisionar essa proibição, com poderes para mandar revistar e desarmar.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

Emannuelle Gouveia

75. No Microsoft Word, o recurso Controlar Alterações permite registrar as modificações realizadas em um documento e impede que outros usuários aceitem ou rejeitem essas alterações, garantindo que apenas o autor original possa decidir quais modificações serão incorporadas ao texto.

76. No Microsoft Excel, ao copiar uma fórmula que contém a referência $A1 para uma célula localizada duas colunas à direita e três linhas abaixo da célula original, a referência será ajustada automaticamente para $C4, pois o deslocamento da fórmula modifica tanto a coluna quanto a linha da referência.

77. No Microsoft PowerPoint, ao aplicar uma transição a um slide e configurar sua duração, o tempo definido determina por quanto tempo o slide permanecerá visível durante a apresentação, independentemente das configurações de avanço.

78. No Microsoft OneDrive, o recurso Arquivos Sob Demanda permite visualizar arquivos armazenados na nuvem pelo Explorador de Arquivos do Windows sem exigir que todos estejam baixados no computador. Ao marcar um arquivo com a opção "Sempre manter neste dispositivo", o usuário determina que uma cópia local seja mantida, permitindo seu acesso mesmo sem conexão com a Internet.

79. Uma intranet pode utilizar os mesmos protocolos e tecnologias empregados na Internet, como TCP/IP e HTTP/HTTPS, permitindo o acesso a sistemas e documentos internos por meio de navegadores Web. O acesso remoto a esses recursos pode ser realizado por uma conexão VPN, sem que isso torne os serviços da intranet publicamente acessíveis.

80. O acesso ao correio eletrônico por meio de webmail exige que as mensagens permaneçam armazenadas exclusivamente no servidor, enquanto a utilização de um cliente de e-mail instalado no computador determina que todas as mensagens sejam transferidas para o dispositivo e excluídas automaticamente do servidor.

81. O Microsoft Teams permite organizar a comunicação por meio de equipes e canais, nos quais os participantes podem trocar mensagens e compartilhar arquivos. O Google Meet, por sua vez, é voltado principalmente à realização de videoconferências, permitindo o compartilhamento de tela durante as reuniões, sem exigir que os participantes recebam permissão de edição sobre os arquivos apresentados.

82. A realização periódica de backups não garante, isoladamente, a recuperação das informações após um incidente de segurança, sendo necessário verificar a integridade das cópias e realizar testes de restauração para avaliar a possibilidade de recuperação dos dados.

83. Os vírus e os worms são tipos de malware que dependem da execução de um arquivo hospedeiro infectado para se propagar, diferenciando-se apenas pelo fato de os worms utilizarem exclusivamente redes de computadores para alcançar outros dispositivos.

84. A utilização conjunta de antivírus, firewall e antispyware permite estabelecer diferentes camadas de proteção em um computador, pois essas ferramentas atuam sobre ameaças distintas e podem apresentar funcionalidades complementares, embora nenhuma delas garanta, isoladamente, a eliminação de todos os riscos de segurança.

85. Na engenharia de prompts, a inclusão de exemplos de entrada e saída em uma instrução, técnica conhecida como few-shot prompting, permite que um modelo de inteligência artificial aprenda permanentemente novos padrões de resposta, incorporando-os aos seus parâmetros sem a necessidade de treinamento adicional.

86. No aprendizado supervisionado, o modelo utiliza dados de treinamento associados a respostas conhecidas, enquanto o aprendizado não supervisionado busca identificar padrões e estruturas em dados sem rótulos de referência. Já no aprendizado por reforço, um agente aprende a tomar decisões por meio da interação com um ambiente, buscando maximizar as recompensas acumuladas ao longo do tempo.

87. A responsabilidade digital no serviço público exige que o compartilhamento de informações observe não apenas a finalidade administrativa, mas também a necessidade de restringir o acesso a dados pessoais aos agentes autorizados, mesmo quando esses dados são utilizados em atividades legítimas da administração pública.

88. No Power BI, a criação de relacionamentos entre tabelas permite que filtros aplicados a uma tabela afetem os dados de outras tabelas relacionadas, desde que a direção de propagação dos filtros e os relacionamentos definidos no modelo permitam esse comportamento.

89. O histograma e o gráfico de barras são utilizados para representar frequências de dados, sendo ambos adequados à comparação de categorias qualitativas. A principal diferença entre eles está na disposição das barras, que devem permanecer justapostas no histograma e separadas no gráfico de barras.

90. No storytelling aplicado à visualização de dados, a escolha dos gráficos e a organização das informações devem considerar o público-alvo e a mensagem que se pretende comunicar, sendo possível destacar tendências, comparações e valores relevantes sem alterar a representação fiel dos dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

COMUNICAÇÃO SOCIAL I

Júlia Branco

91. Na perspectiva institucional da midiatização, a mediação corresponde ao uso de um meio para a comunicação e a interação em um contexto específico, ao passo que a midiatização designa um processo de longo prazo, no qual instituições sociais e culturais passam a depender da mídia e a se ajustar à sua lógica.

Por isso, a cobertura televisiva de uma única sessão do Plenário constitui, por si só, um caso de midiatização da política.

92. Uma rede de lanchonetes passou a vender lanches acompanhados de bonecos de personagens de filmes de animação, e as campanhas da rede passaram a girar em torno desses personagens. No mesmo período, um banco fechou parte de suas agências físicas e passou a oferecer quase todos os serviços por aplicativo.

Os dois casos ilustram a midiatização, sendo o primeiro um exemplo de midiatização forte, por envolver diretamente conteúdos produzidos pela indústria do entretenimento, e o segundo um exemplo de midiatização fraca, por envolver apenas a troca do canal de atendimento.

93. A plataformização pode ser compreendida como a penetração das infraestruturas, dos processos econômicos e dos modelos de governança das plataformas digitais em diferentes setores e esferas da vida, com a reorganização de práticas culturais em torno delas.

Nessa perspectiva, a curadoria algorítmica, que define quais conteúdos ganham visibilidade, e as regras de moderação previstas nos termos de uso integram a dimensão da governança.

94. Em um perfil institucional no Instagram, a proporção vertical 9:16 é a que ocupa a tela inteira do celular nos stories e nos reels, enquanto as proporções 4:5 e 3:4 são usadas em publicações do feed. Entre essas duas, a proporção 3:4 resulta em uma imagem mais alta do que a 4:5, considerando-se a mesma largura.

95. O portal de uma casa legislativa publica, por iniciativa própria, os gastos de cada parlamentar com a cota para o exercício da atividade parlamentar. Um cidadão, porém, solicitou pelo serviço de informação ao cidadão a planilha completa de um contrato que não estava no portal.

A publicação espontânea dos gastos é exemplo de transparência ativa, e o atendimento ao pedido do cidadão, de transparência passiva, cujo prazo de resposta, quando não for possível conceder o acesso imediato, não pode ultrapassar vinte dias, prorrogáveis por mais dez dias mediante justificativa expressa.

96. Ouvidorias, audiências públicas e consultas on-line são instrumentos de comunicação pública voltados ao diálogo, enquanto relatórios, boletins, manuais e publicações institucionais são instrumentos de informação. Por não pressuporem interação com o cidadão, os instrumentos de informação ficam fora do campo da comunicação pública.

97. Em placas de obras financiadas com recursos públicos, uma prefeitura passou a usar o mesmo slogan e a mesma combinação de cores da campanha eleitoral do prefeito, sem citar o nome dele nem usar sua imagem.

Como não há nome nem imagem do prefeito, a publicidade está de acordo com o § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

98. Nos termos da Constituição Federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter, cumulativamente, caráter educativo, informativo e de orientação social, sob pena de configurar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

99. A Câmara dos Deputados criou uma série semanal de vídeos sobre o funcionamento das comissões, sem data prevista para terminar, e uma campanha de três meses sobre a tramitação do orçamento.

Segundo as definições da Política de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, a série semanal corresponde a um programa de comunicação, e a campanha de três meses, a um projeto.

100. A Política de Comunicação Social da Câmara dos Deputados aplica-se aos produtos comunicacionais contratados diretamente pelas lideranças partidárias, já que a exceção prevista na norma alcança apenas os produtos criados ou contratados pelos próprios deputados federais e por seus gabinetes.

101. Segundo o Manual de Comunicação da Câmara dos Deputados, nos textos da Agência Câmara as comissões devem ser mencionadas pelo nome, admitindo-se como única sigla de comissão a da CCJ, orientação que se aplica igualmente aos textos produzidos para a Rádio Câmara.

102. Ao divulgar a abertura das inscrições para um programa educativo institucional da Câmara voltado a estudantes do ensino médio, a Assessoria de Imprensa elaborou um release com o objetivo do programa, o público, o prazo e a forma de inscrição, sem incluir declarações de deputados ou de diretores da Casa, nem entre aspas nem de forma indireta.

O procedimento está de acordo com o Manual de Comunicação da Câmara dos Deputados.

103. Ao noticiar uma audiência pública de comissão sobre um projeto polêmico, o repórter da Agência Câmara registrou as posições de todos os participantes do debate, sem procurar uma entidade que havia criticado a proposta apenas nas redes sociais e que não participou da audiência.

A conduta do repórter está de acordo com o Manual de Comunicação da Câmara dos Deputados.

104. Por gerarem conteúdo a partir de padrões estatísticos aprendidos com grandes volumes de dados, os sistemas de inteligência artificial generativa podem produzir informações plausíveis, porém incorretas ou inventadas, fenômeno conhecido como alucinação. Essa limitação reforça a necessidade de supervisão humana e de checagem antes da publicação de conteúdos institucionais produzidos com o apoio dessas ferramentas.

105. Para ilustrar uma publicação sobre a visita de um deputado a uma comunidade ribeirinha, a equipe de comunicação gerou com inteligência artificial uma ilustração estilizada, em traço de desenho, do parlamentar conversando com moradores, já que nenhum fotógrafo acompanhou a visita. Um servidor revisou a peça antes da publicação, que não informou o uso de IA.

Como houve supervisão humana e a ilustração, por não ser fotorrealista, não pode ser confundida com registro fotográfico, o procedimento atende aos critérios para o uso de IA previstos no Manual de Comunicação da Câmara dos Deputados.

COMUNICAÇÃO SOCIAL II

Oriz Junior

106. Acerca das escolas e correntes das teorias da comunicação, julgue o item a seguir.

Segundo Theodor Adorno, ao elaborar com Max Horkheimer a Dialética do esclarecimento, os autores substituíram, ainda nos rascunhos da obra, a expressão cultura de massa por indústria cultural, justamente para afastar a interpretação de que se trataria de uma cultura surgida espontaneamente das próprias massas, enfatizando, ao contrário, a produção padronizada de bens culturais, planejada de cima para baixo e orientada pela lógica da mercadoria.

107. No que se refere aos modelos de comunicação, julgue o item subsequente.

No modelo proposto por Claude Shannon e Warren Weaver, concebido no âmbito da teoria matemática da comunicação, a quantidade de informação de uma mensagem está diretamente associada ao seu significado para o destinatário; nesse modelo, a redundância é tratada como desperdício a ser integralmente eliminado, uma vez que não contribui para a fidelidade da transmissão em canais sujeitos a ruído.

108. A respeito dos estudos culturais e das pesquisas de recepção, julgue o item a seguir.

No modelo de codificação e decodificação proposto por Stuart Hall, os momentos de produção e de recepção da mensagem televisiva são relativamente autônomos, não havendo correspondência necessária entre o que é codificado e o que é decodificado; entre as posições hipotéticas de decodificação, a negociada combina elementos de adaptação e de oposição, aceitando a legitimidade das definições hegemônicas no plano mais geral, mas operando com regras próprias em situações locais ou particulares.

109. Com relação às teorias sobre comunicação e opinião pública, julgue o item seguinte.

Na teoria da espiral do silêncio, de Elisabeth Noelle-Neumann, o medo do isolamento leva os indivíduos a observar continuamente o clima de opinião, por meio de uma espécie de sentido quase-estatístico, e a se calar quando percebem que a sua posição está perdendo terreno; os meios de comunicação influenciam essa percepção, e, ao fim do processo, a opinião minoritária tende a permanecer expressa apenas por um núcleo duro, disposto a sustentá-la publicamente mesmo diante do isolamento.

110. No que diz respeito à comunicação organizacional, julgue o item a seguir.

Na proposta de comunicação organizacional integrada de Margarida Kunsch, o composto da comunicação reúne a comunicação institucional, a mercadológica e a interna, sendo a comunicação administrativa mantida fora desse composto, por se restringir aos fluxos operacionais e burocráticos e não contribuir para a construção da identidade e da imagem da organização.

111. Acerca do gerenciamento de crises, julgue o item subsequente.

Na teoria situacional da comunicação de crise (SCCT), de W. Timothy Coombs, a escolha da estratégia de resposta depende do nível de responsabilidade atribuído à organização pelos públicos; nesse modelo, crises causadas por desastres naturais ou por boatos situam-se no grupo em que a organização é percebida como vítima, e um histórico de crises semelhantes tende a reduzir a responsabilidade atribuída, pois indica que o problema é recorrente no setor e escapa ao controle da organização.

112. Considerando o planejamento estratégico de comunicação e a Política de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, julgue o item a seguir.

De acordo com o Ato da Mesa nº 218/2025, programa é o conjunto de ações ou de projetos com objetivos de comunicação específicos, podendo incluir ações permanentes ou cíclicas, ao passo que projeto é o conjunto de ações com objetivos de comunicação específicos e duração definida; nesse modelo, o planejamento e as ações necessárias à implantação da Política integram o Plano Bienal de Comunicação, e os planos, programas e projetos das unidades da Casa devem adequar-se à Política.

113. Com relação à definição de públicos-alvo no planejamento da comunicação, julgue o item a seguir.

Na conceituação lógica de públicos proposta por Fábio França, que substitui o critério de proximidade física pelo tipo de relação e pelo grau de dependência entre público e organização, os públicos essenciais dividem-se em constitutivos e de sustentação, ao passo que a mídia e a concorrência, por não participarem das atividades-fim da organização, são enquadradas entre os públicos não essenciais.

114. Uma equipe de comunicação da Câmara dos Deputados realizou campanha para ampliar a participação dos cidadãos em consultas públicas sobre projetos de lei. O relatório final apresentou o número de visualizações dos vídeos da campanha, o resultado de pesquisa segundo a qual boa parte dos entrevistados se lembrava da mensagem e sabia explicar como enviar contribuições, e o crescimento do número de contribuições recebidas nas consultas. Considerando essa situação hipotética e o modelo de avaliação integrada da AMEC, julgue o item a seguir.

O dado sobre a lembrança e a compreensão da mensagem corresponde a um outcome, por expressar efeito da campanha sobre o público, enquanto o número de visualizações dos vídeos deve ser classificado como out-take, por representar a reação imediata do público ao conteúdo recebido.

115. A respeito da gestão de projetos de comunicação, julgue o item que se segue.

Na definição clássica do Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar produto, serviço ou resultado único; o caráter temporário refere-se à existência de início e término definidos para o esforço, e não necessariamente à curta duração do projeto nem à duração de seus resultados, de modo que um projeto de criação de novo portal de notícias pode gerar entrega destinada a permanecer em uso após o seu encerramento, cuja manutenção cotidiana passa a ter natureza de operação.

JORNALISMO I

Júlia Branco

116. Em estudo clássico sobre a atuação de um editor de telegramas de um jornal norte-americano, as justificativas para a rejeição de notícias revelaram forte peso de critérios pessoais e subjetivos na seleção. Estudos posteriores relativizaram essa conclusão, ao indicar que as decisões dos selecionadores tendem a refletir mais as rotinas e as exigências organizacionais do que preferências individuais.

117. Segundo a teoria organizacional do jornalismo, o jornalista se conforma à política editorial da empresa principalmente por meio de ordens explícitas e punições aplicadas pelos superiores, já que a política editorial costuma ser formalizada em documentos e apresentada aos repórteres no momento da contratação.

118. Ao analisar a objetividade como um ritual estratégico, estudos sobre a produção jornalística apontam que procedimentos como apresentar possibilidades conflitantes, recorrer a provas auxiliares, usar aspas e estruturar a informação em ordem de importância funcionam como forma de o jornalista se proteger de críticas e de processos, mais do que como garantia de que o relato corresponde fielmente à realidade.

119. Ao montar o espelho do telejornal, o editor priorizou uma reportagem sobre o desabamento de uma ponte em detrimento de uma notícia sobre mudança nas regras de um tributo, considerando que a equipe tinha imagens fortes do acidente, enquanto a outra matéria só contava com dados e gráficos.

A disponibilidade de imagens, nesse caso, corresponde ao critério da visualidade, que é um critério de seleção de natureza contextual, e não substantiva.

120. Ao abordar uma mudança nas regras de aposentadoria a partir da história de uma trabalhadora rural prestes a se aposentar, o repórter aplica a personalização, critério de noticiabilidade de seleção substantivo, que se refere às características do próprio acontecimento e determina se ele merece ou não virar notícia.

121. Após o desabamento de um prédio, o repórter conversou com uma moradora vizinha que viu o momento da queda e relatou o que presenciou.

Quanto aos objetivos, trata-se de entrevista em profundidade, já que a moradora é a principal testemunha do acontecimento e o foco da matéria recai sobre o seu relato pessoal.

122. Diferentemente da notícia, que expõe um fato ou uma série de fatos a partir do mais importante, a reportagem trata de um assunto conforme um ângulo preestabelecido, com maior aprofundamento, contextualização e diversidade de fontes, e não depende necessariamente de um acontecimento recente para ser produzida.

123. Na classificação dos gêneros jornalísticos consagrada no Brasil, o editorial, a coluna e o artigo pertencem ao gênero opinativo, ao passo que a crônica, por relatar fatos do cotidiano com recursos da linguagem literária, é classificada no gênero informativo, ao lado da notícia e da reportagem.

124. Os manuais de redação dos principais jornais brasileiros costumam recomendar que os títulos noticiosos tenham verbo, de preferência na voz ativa e no presente do indicativo, mesmo quando o fato relatado já ocorreu, e que não terminem com ponto final.

125. Na redação para ambientes digitais, incluir as palavras-chave da notícia no título e no início do texto favorece a localização do conteúdo pelos mecanismos de busca, mas a repetição artificial desses termos ao longo do texto tende a prejudicar a leitura e pode ser penalizada pelos próprios buscadores.

126. A chamada penny press, surgida nos Estados Unidos na década de 1830, reduziu o preço dos jornais e passou a se financiar em grande parte pela publicidade, o que contribuiu para o deslocamento de um jornalismo predominantemente partidário para um modelo comercial, voltado a um público amplo e centrado na informação.

127. No projeto editorial de um veículo institucional, a linha editorial estabelece os princípios e o enfoque que orientam a seleção e o tratamento dos conteúdos, e os indicadores de avaliação devem ser definidos ainda na fase de concepção do projeto, já que dependem dos objetivos e do público-alvo estabelecidos.

128. A nota oficial é um texto de caráter jornalístico, redigido em formato de notícia e sem assinatura, que a assessoria encaminha aos veículos para ser livremente reescrito e editado, sendo o instrumento indicado para divulgar informações de rotina, como a agenda semanal de atividades da organização.

129. Um órgão público vai anunciar uma mudança no calendário de pagamento de um benefício que atinge milhões de pessoas. O assessor de imprensa decidiu antecipar a informação, com exclusividade, a um único jornal de grande circulação, para garantir destaque na capa do dia seguinte.

A estratégia é adequada ao caso, já que a oferta de exclusividade a um veículo de grande circulação tende a ampliar o destaque dado à informação e, por consequência, o alcance dela junto ao público afetado.

130. Uma equipe de reportagem recebeu denúncia de venda irregular de medicamentos controlados em farmácias de uma cidade. Como primeira ação, o repórter decidiu se passar por cliente e gravar as negociações com câmera escondida.

A conduta está de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que admite o uso de câmeras escondidas sempre que o tema for de interesse público.

JORNALISMO II

Oriz Junior

131. A respeito da relação entre fotografia e texto verbal no jornalismo, julgue o item a seguir.

Para Roland Barthes, a mensagem linguística pode exercer, diante da imagem, as funções de ancoragem e de revezamento (relais). Na ancoragem, texto e imagem mantêm relação de complementaridade, como fragmentos de um sintagma mais geral, e a unidade da mensagem se realiza em um nível superior; por isso, segundo o autor, essa é a função predominante na fotografia de imprensa, ao passo que o revezamento, por fixar um entre os sentidos possíveis da imagem polissêmica, predomina nas histórias em quadrinhos.

132. Com relação ao uso da infografia no jornalismo, julgue o item subsequente.

Na tipologia proposta por Tattiana Teixeira, os infográficos enciclopédicos, de caráter mais geral, como aqueles que explicam o funcionamento de um órgão do corpo humano, distinguem-se dos infográficos vinculados à apuração jornalística de acontecimentos singulares; nessa perspectiva, a reportagem infográfica corresponde à modalidade em que o próprio infográfico, com maior grau de complexidade, cumpre a função de reportagem.

133. No que se refere às narrativas audiovisuais jornalísticas e à relação entre texto, áudio e imagem, julgue o item a seguir.

Na reportagem de televisão, o texto em off deve manter sincronia com as imagens exibidas, sem, contudo, limitar-se a descrever aquilo que o telespectador já vê, cabendo-lhe acrescentar informações que a imagem, por si só, não revela; nesse arranjo, o som ambiente captado no local também integra a narrativa, podendo ser destacado em momentos de sobe som, em que a locução é suspensa para que o áudio original da cena ganhe primeiro plano.

134. Acerca das características do rádio e da redação radiofônica, julgue o item seguinte.

Entre as características do rádio apontadas por Gisela Ortriwano, o imediatismo refere-se à necessidade de a mensagem ser captada no exato momento em que é emitida, de modo que o ouvinte que não estava sintonizado naquele instante perde a informação; é essa característica que fundamenta, na redação radiofônica, recomendações como a repetição controlada dos dados essenciais da notícia, o uso preferencial da ordem direta e o arredondamento de números.

135. Com relação à história do rádio no Brasil e às transformações recentes do meio, julgue o item a seguir.

Na periodização proposta por Luiz Artur Ferraretto, as fases de implantação, difusão, segmentação e convergência do rádio brasileiro são estanques e sucessivas, de modo que a segmentação, associada à chegada da televisão e à popularização do receptor transistorizado, inicia-se somente após o encerramento da fase de difusão; a convergência, iniciada em meados da década de 1990, corresponde ao momento em que o rádio extrapola as ondas hertzianas e passa a abranger o streaming e o podcast, no que Marcelo Kischinhevsky denomina rádio expandido.

136. No que diz respeito à programação de rádio e de televisão, julgue o próximo item.

Na construção da grade de programação de emissoras de rádio e de televisão, a programação horizontal consiste na repetição de um mesmo programa, ou de um mesmo tipo de conteúdo, no mesmo horário ao longo dos dias da semana, o que favorece a formação de hábito no público, ao passo que a programação vertical diz respeito à sequência de atrações ao longo de um mesmo dia, cuja ordenação pode ser planejada para que parte da audiência de um programa seja herdada pelo seguinte, estratégia que pode ser combinada com a contraprogramação, entendida como a oferta de conteúdo de perfil distinto daquele exibido pela principal concorrente no mesmo horário.

137. A respeito da produção de telejornais, julgue o item a seguir.

Na rotina de um telejornal, o espelho organiza a sequência de blocos e matérias, com a previsão do tempo de cada item e dos intervalos comerciais, e é atualizado ao longo do fechamento conforme a evolução das pautas, enquanto o script reúne os textos que serão lidos pelos apresentadores, como cabeças, notas e pés, acompanhados das indicações técnicas necessárias à exibição, a exemplo da deixa, que indica as palavras finais de cada VT.

138. Considerando a regulamentação da TV 3.0 no Brasil e o papel da comunicação pública no novo modelo, julgue o item subsequente.

O Decreto nº 12.595/2025 adotou, para a TV 3.0, a camada física do padrão ATSC 3.0 e organizou o acesso às emissoras por meio de aplicativos reunidos em um catálogo, que deve ocupar a primeira posição da tela inicial dos receptores; nesse catálogo, a Plataforma Comum de Comunicação Pública e Governo Digital, que reúne conteúdos de entidades públicas dos Poderes da União, tem posição fixa, ao passo que a ordem dos ícones das demais emissoras pode ser reorganizada automaticamente pelo receptor, com base na recorrência ou no tempo de uso de cada aplicativo pelo telespectador.

139. Acerca da gestão de redes de parceiros em rádio e televisão, julgue o item a seguir, considerando a experiência da Rede Legislativa de Rádio e TV.

Na Rede Legislativa de TV Digital, a casa legislativa federal consignatária do canal, em regra a Câmara dos Deputados, utiliza a multiprogramação para dividir um mesmo canal digital em quatro programações, destinadas à TV Câmara, à TV Senado, à emissora da assembleia legislativa e à da câmara municipal, sendo a adesão dos parceiros formalizada por acordo de cooperação técnica e cabendo à câmara municipal do interior arcar com os custos de recepção e de transmissão do sinal.

140. Com relação aos instrumentos de pesquisa de audiência em televisão, julgue o item que se segue.

Na medição de audiência televisiva, um ponto de audiência (rating) corresponde a 1% do universo de domicílios com televisor, ou de indivíduos, da área pesquisada, enquanto o share expressa a participação de um programa sobre o total de televisores ligados naquele momento; assim, se um programa mantiver o mesmo rating em duas exibições consecutivas, ele necessariamente ganhará share na exibição em que o total de televisores ligados for maior.

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

André Alencar

141. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Medida provisória que renegocia dívidas de produtores rurais, com prazo de vigência já prorrogado, foi aprovada pela Câmara dos Deputados no penúltimo dia de sua vigência e seguiu para o Senado Federal. Se o Senado não concluir a votação no dia seguinte, a medida provisória perderá a eficácia desde a edição, cabendo ao Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes; não editado esse decreto em até sessenta dias após a perda de eficácia, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória conservar-se-ão por ela regidas.

142. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Considere que medida provisória tenha perdido a eficácia por decurso de prazo, porque uma das Casas do Congresso Nacional não concluiu sua votação. Nessa hipótese, o Presidente da República não poderá reeditá-la na mesma sessão legislativa, vedação que também se aplica à medida provisória expressamente rejeitada.

143. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de decreto legislativo que aprova o texto de convenção internacional sobre reciclagem de navios e remeteu a matéria ao Senado Federal. Aprovado também pelos senadores, o projeto será encaminhado ao Presidente da República, que disporá de quinze dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo.

144. Comissão especial da Câmara dos Deputados prepara-se para votar proposta de emenda à Constituição que reduz a maioridade penal. Se a proposta for rejeitada pelo Plenário, a matéria somente poderá constituir objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

145. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Projeto de lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro, por versar matéria de competência de mais de quatro comissões que deveriam pronunciar-se quanto ao mérito, foi distribuído a comissão especial. Nessa hipótese, a constituição da comissão pode decorrer de iniciativa do Presidente da Câmara ou de requerimento de Líder ou de presidente de comissão interessada, e a ela cabe o exame de admissibilidade e do mérito da proposição principal e das emendas que lhe forem apresentadas.

146. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Em reunião de comissão, logo após o relator apresentar nova versão de seu parecer a projeto que tramita em regime ordinário, dois deputados pediram vista ao mesmo tempo. Nessa situação, cada um deles terá direito à vista individual e sucessiva do processo, pelo prazo de duas sessões.

147. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito para apurar fraudes em instituição financeira, subscrito por um terço dos deputados, aguarda despacho do Presidente da Câmara. Se o Presidente entender que não estão satisfeitos os requisitos regimentais, devolverá o requerimento ao autor, cabendo dessa decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

148. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Deputados acompanham, por meio de comissão externa, a reparação dos danos causados pelo rompimento de barragem de rejeitos. Por serem comissões temporárias, as comissões externas somente podem ser instituídas por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Líder.

149. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Projeto de lei que revoga determinada lei foi aprovado conclusivamente pelas comissões. Um décimo dos deputados apresentou recurso para que a matéria fosse apreciada pelo Plenário, mas o recurso foi rejeitado. Nessa situação, o mérito do projeto não será votado em Plenário: a matéria segue para a redação final e, aprovada esta pela comissão competente, o projeto é encaminhado ao Senado Federal.

150. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Considere que o Plenário da Câmara tenha dado provimento a recurso contra a apreciação conclusiva de projeto de lei, recurso esse que indicava como objeto de deliberação apenas um dos artigos do texto aprovado pelas comissões. Nessa hipótese, por ter sido devolvida ao Plenário a competência para apreciar a matéria, poderão ser oferecidos emendas e destaques a qualquer dispositivo do projeto.

151. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Projeto de lei apresentado na legislatura passada por deputada que não se reelegeu continuou a tramitar e foi aprovado pelas comissões na legislatura atual. Isso é compatível com o RICD, segundo o qual, finda a legislatura, não se arquivam as proposições destinadas à elaboração das espécies normativas do art. 59 da Constituição Federal que não tenham tramitado por três legislaturas completas.

152. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Em uma mesma sessão, o Plenário da Câmara aprovou requerimentos de urgência para dois projetos de lei. Enquanto essas duas matérias estiverem em tramitação nesse regime, em razão de requerimento aprovado pelo Plenário, não se votará outro requerimento de urgência da mesma espécie; essa restrição, contudo, não alcança o requerimento apresentado pela maioria absoluta da composição da Câmara, ou por Líderes que representem esse número, para a inclusão automática na Ordem do Dia de matéria de relevante e inadiável interesse nacional.

153. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Para acelerar a votação de projeto de lei de autoria de deputado que reconhece determinada manifestação cultural, pretende-se requerer urgência com fundamento no art. 154 do RICD. Nesse caso, o requerimento poderá ser submetido à deliberação do Plenário se for apresentado por um décimo dos membros da Câmara ou por Líderes que representem esse número.

154. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Aprovado requerimento de urgência, projeto de lei foi incluído na Ordem do Dia sem parecer das comissões. Nessa situação, anunciada a discussão, o Presidente designará relator para proferir parecer verbalmente no decorrer da sessão, ou na sessão seguinte, a pedido deste; e o projeto somente poderá receber emendas de comissão ou subscritas por um quinto dos membros da Câmara, ou por Líderes que representem esse número, apresentadas em Plenário até o início da votação da matéria.

155. *À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), julgue o item a seguir, relativo ao processo legislativo.*

Projeto de lei em tramitação há mais de dez anos reúne, em seu processo, mais de duas centenas de proposições apensadas. Na tramitação conjunta, a proposição mais antiga tem precedência sobre a mais recente, e o regime especial de tramitação de uma delas estende-se às demais; além disso, a apensação pode ser requerida a qualquer tempo, inclusive depois de a matéria ter entrado na Ordem do Dia.

PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO

Leandro Ravyelle

156. Durante a apreciação do projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2027, um parlamentar apresentou emenda destinada à implantação de um centro de pesquisa tecnológica, investimento com execução prevista para três exercícios financeiros.

A emenda propôs a inclusão de dotação no orçamento fiscal mediante cancelamento parcial de recursos destinados ao serviço da dívida pública. O autor argumentou que a despesa era compatível com as prioridades estabelecidas na LDO e que a previsão de sua continuidade nos exercícios seguintes poderia ser posteriormente incorporada ao PPA.

Nessa situação, ainda que a emenda seja compatível com a LDO e o investimento venha a ser incluído no PPA antes do início de sua execução, o cancelamento de dotações destinadas ao serviço da dívida não constitui fonte admissível para a aprovação da emenda.

157. No curso da tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027, o Poder Executivo identificou necessidade de modificar a programação de despesas de determinado ministério, em razão de mudanças nas estimativas de execução de uma política pública. O Presidente da República encaminhou mensagem ao Congresso Nacional propondo alterações em dispositivos e programações constantes do projeto original.

Na ocasião, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização já havia iniciado a apreciação da proposta, mas ainda não havia começado a votação da parte do projeto objeto das alterações.

Nessa situação, a mensagem modificativa é constitucionalmente admissível, pois a possibilidade de o Presidente da República propor alterações aos projetos de leis orçamentárias subsiste enquanto não iniciada, na comissão mista, a votação da parte cuja alteração é proposta, não sendo o simples início da apreciação suficiente para impedir a iniciativa.

158. Ao examinar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2027, um consultor legislativo verificou que a proposta estabelecia diretrizes para a elaboração da LOA, prioridades da administração pública e disposições sobre equilíbrio entre receitas e despesas.

O projeto também continha o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, mas previa que os critérios de limitação de empenho e movimentação financeira seriam definidos exclusivamente por decreto do Poder Executivo, após a aprovação da LOA.

Nessa situação, a previsão é compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que a definição dos critérios de limitação de empenho constitui matéria de execução orçamentária e financeira, cuja disciplina compete exclusivamente ao Poder Executivo, não integrando o conteúdo obrigatório da LDO.

159. Em outubro de 2026, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei que autorizou a abertura de crédito especial destinado à implantação de nova estrutura administrativa de órgão federal, cuja programação não possuía dotação específica na LOA.

A lei autorizativa foi promulgada em novembro de 2026, e o crédito especial foi aberto por decreto do Poder Executivo no mesmo mês, com utilização parcial dos recursos até 31 de dezembro. A equipe de orçamento concluiu que o saldo remanescente poderia ser reaberto em 2027, nos limites autorizados, mediante ato próprio, incorporando-se ao orçamento do exercício seguinte, independentemente de nova autorização legislativa específica para a reabertura.

Nessa situação, a conclusão é constitucionalmente correta.

160. Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual da União para 2027, o Poder Executivo editou ato de programação financeira estabelecendo cronograma mensal de desembolso para os órgãos da Administração Pública federal.

Durante o primeiro quadrimestre, verificou-se frustração de receitas capaz de comprometer o cumprimento das metas fiscais previstas na LDO. Em razão disso, a equipe econômica propôs reduzir unilateralmente os recursos financeiros destinados à Câmara dos Deputados, mediante retenção dos duodécimos constitucionalmente assegurados, independentemente de ato próprio do Poder Legislativo.

Nessa situação, a medida é juridicamente admissível, pois a competência do Poder Executivo para estabelecer a programação financeira e preservar as metas fiscais autoriza a redução unilateral dos repasses ao Legislativo.

REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL

André Alencar

161. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Deputados e senadores reuniram-se em sessão conjunta, no Plenário da Câmara dos Deputados, para votar projetos de lei que abrem créditos ao Orçamento. As sessões conjuntas que não tiverem data legalmente fixada são convocadas pelo Presidente do Senado Federal ou seu substituto, com prévia audiência da Mesa da Câmara dos Deputados, e realizam-se no Plenário da Câmara, salvo escolha prévia de outro local devidamente anunciado.

162. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Considere que, à hora marcada para o início de sessão conjunta, não houvesse número regimental em Plenário. Nessa situação, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de trinta minutos, a complementação do quórum, que corresponde à presença mínima de um décimo da composição de cada Casa; persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.

163. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Em sessão conjunta destinada à apreciação de projeto de lei que abre crédito ao Orçamento, a votação começou pela Câmara dos Deputados, que rejeitou a matéria. Nessa situação, o projeto ainda deve ser submetido ao voto dos senadores, pois, como os votos das duas Casas são computados separadamente, a rejeição só se configura com o voto contrário de ambas.

164. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Na votação simbólica de projeto em sessão conjunta, o pronunciamento dos Líderes representa o voto de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto. Proclamado o resultado da votação de cada Casa, a verificação pode ser requerida por Líder, por cinco senadores ou por vinte deputados; feita a verificação e havendo número legal, não se admite nova verificação antes de decorrida uma hora.

165. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Com a nova correlação de forças saída das urnas, partidos que fazem oposição ao governo federal articulam sua atuação conjunta no Congresso Nacional. De acordo com o Regimento Comum, as representações partidárias ou os blocos parlamentares de oposição na Câmara e no Senado podem constituir Liderança da Oposição no Congresso Nacional, com as mesmas prerrogativas da Liderança do Governo, sendo o Líder indicado pelo bloco ou pela representação partidária com maior número de representantes que faça oposição ao governo, de forma alternada, de dois em dois anos, entre senadores e deputados.

166. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Durante sessão conjunta, um Líder que já havia usado da palavra para comunicação urgente pediu-a novamente, com a mesma finalidade, alegando fato novo. O pedido deve ser atendido, pois o Regimento Comum assegura ao Líder o uso da palavra para comunicação urgente, pelo prazo de cinco minutos, tantas vezes quantas forem necessárias, em qualquer fase da sessão.

167. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

As comissões mistas do Congresso Nacional compõem-se, em regra, de onze senadores e onze deputados, número acrescido de mais uma vaga para cada Casa, a ser preenchida em rodízio, exclusivamente, pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participar do colegiado. Essas comissões deliberam por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, e seu Presidente tem somente voto de desempate.

168. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Parlamentares articulam a criação de comissão parlamentar mista de inquérito para apurar fraudes em instituição financeira. Segundo o Regimento Comum, a instituição da comissão será automática se o requerimento for subscrito por um terço dos membros do Congresso Nacional, considerados em conjunto deputados e senadores.

169. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Diante da falta de acordo sobre projeto incluído na Ordem do Dia de sessão conjunta, um deputado requereu o adiamento da discussão da matéria. O requerimento não pode ser admitido, pois o Regimento Comum não aceita requerimento de adiamento de discussão; a votação, entretanto, pode ser adiada por no máximo quarenta e oito horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional.

170. *Com base no Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1/1970-CN), julgue o item a seguir.*

Na sessão solene do Congresso Nacional destinada à posse do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos, que se realiza com qualquer número, usam da palavra um senador e um deputado, de preferência de partidos diferentes, previamente designados pelas respectivas Casas, e, encerrados esses discursos, o Presidente da República empossado pode dirigir-se ao Congresso Nacional e à Nação.

CIÊNCIA POLÍTICA

Alessandra Lopes

171. Em um país hipotético, todos os adultos podem votar, mas organizações oposicionistas são impedidas de concorrer às eleições e os meios de comunicação estão sujeitos a controle governamental. À luz da abordagem de Robert Dahl, julgue o item seguinte.

A extensão do sufrágio, nas condições descritas, permite classificar o regime como uma poliarquia, pois a inclusão eleitoral compensa a ausência de contestação pública.

172. A respeito do funcionamento dos sistemas semipresidenciais, julgue o item a seguir.

Em um sistema semipresidencial, a eleição popular do presidente pode coexistir com a responsabilidade política do governo perante o Parlamento, e a formação de uma maioria parlamentar adversária do presidente pode dar origem à coabitação.

173. Uma assembleia passou a apresentar composição social mais próxima da população que representa, após a ampliação da presença de grupos historicamente sub-representados. Considerando as dimensões da representação política sistematizadas por Hanna Pitkin, julgue o item.

A maior semelhança entre a composição da assembleia e a população constitui um avanço na representação descritiva, mas não permite concluir, por si só, que os interesses dos grupos representados serão substantivamente defendidos nas decisões legislativas.

174. Em um regime presidencialista multipartidário, o presidente distribuiu responsabilidades ministeriais entre partidos aliados e negociou com suas lideranças uma agenda legislativa comum. Julgue o item relativo a esse arranjo.

A participação dos partidos nos ministérios transforma a coalizão governamental em uma maioria legislativa automática, de modo que a aprovação da agenda presidencial independe de coordenação política posterior.

175. Considere dois sistemas de representação proporcional que utilizem a mesma fórmula de distribuição de cadeiras, sem cláusula legal de barreira, e apresentem distribuição semelhante de votos entre partidos. Julgue o item a seguir.

O sistema que eleger menos representantes por distrito tenderá a facilitar o acesso de partidos pequenos às cadeiras, porque a menor magnitude distrital reduz a barreira efetiva de representação.

176. A respeito da institucionalização dos sistemas partidários, julgue o item seguinte.

A existência de legendas antigas é insuficiente para caracterizar um sistema partidário como institucionalizado, pois a análise também deve considerar a estabilidade dos padrões de competição, as raízes sociais dos partidos e a autonomia de suas organizações em relação às lideranças pessoais.

177. Sobre a reorganização política brasileira na passagem do Império para a Primeira República, julgue o item.

A adoção do federalismo republicano ampliou a autonomia dos estados e pôde coexistir com o fortalecimento de oligarquias regionais, de modo que a descentralização política não significou, necessariamente, democratização das relações de poder.

178. Dois países mantêm intenso comércio bilateral. Caso as trocas sejam interrompidas, um deles pode substituir rapidamente seus fornecedores, enquanto o outro enfrentará custos elevados e poucas alternativas. Com base na análise da interdependência de Robert Keohane e Joseph Nye, julgue o item.

A dependência recíproca descrita torna simétrica a relação de poder entre os países, uma vez que a existência de perdas para ambos impede que a diferença de custos de adaptação constitua recurso de negociação.

179. A respeito da interpretação de Charles Tilly sobre a formação dos Estados europeus, julgue o item seguinte.

A competição militar contribuiu para ampliar as exigências de extração de recursos e de organização administrativa, mas a construção estatal também envolveu negociações e conflitos com os grupos que controlavam recursos, sem seguir uma trajetória uniforme em todos os territórios.

180. Acerca da reorganização partidária brasileira durante o regime militar instaurado em 1964, julgue o item.

A formação da Arena e do MDB decorreu da concentração espontânea da competição eleitoral entre os partidos existentes, preservados pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, o qual manteve a liberdade de criação de novas legendas.

QUESTÃO DISCURSIVA 1

Todos os dias, chega às redações um volume de acontecimentos muito maior do que o espaço do jornal e o tempo do telejornal comportam. Desde a década de 1950, estudos sobre jornalismo procuram explicar por que as notícias são como são: quem decide o que será publicado e com base em quais critérios. A pergunta segue atual agora que redes sociais e plataformas digitais também distribuem notícias.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca das teorias do jornalismo que explicam a seleção e a produção das notícias. Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

a) as diferenças entre a teoria do "gatekeeper" e a teoria organizacional quanto ao fator que determina a seleção das notícias;

b) a teoria do "newsmaking", com a relação entre noticiabilidade e valores-notícia e a classificação destes;

c) o alcance do conceito de "gatekeeping" fora da redação tradicional, considerados a comunicação institucional e o ambiente das plataformas digitais.

Resposta em até 20 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO DISCURSIVA 2

Em 2 de setembro de 2026, uma comissão permanente da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº X/2026, que obriga os organizadores de competições esportivas a devolver o valor do ingresso em até 30 dias quando a partida for adiada ou cancelada. Na Agência Câmara de Notícias, o repórter Bruno Siqueira entregou à editora Helena Duarte, para publicação no portal, um texto que abria com o nome da comissão, seguido de sua sigla entre parênteses, e continuava assim: "da Casa, em Reunião Deliberativa realizada nesta quarta-feira (2), com fundamento no Regimento Interno, procedeu à apreciação e à votação do Projeto de Lei nº X/2026 e apensados, tendo sido aprovado o Substitutivo do Relator." O segundo parágrafo listava os deputados que discursaram na reunião, e a regra da devolução do ingresso só aparecia no sexto.

Helena pediu a reescrita. Bruno respondeu que a linguagem simples se destina a leitores de baixa escolaridade, ao passo que os leitores da Agência seriam jornalistas e assessores que acompanham o Legislativo, e que trocar os termos técnicos deixaria o texto informal e impreciso. O chefe de reportagem propôs, então, que todas as notícias sobre a comissão passassem, antes da publicação, por dois servidores que nela trabalham, aos quais se perguntaria se tinham entendido o texto.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo acerca de linguagem simples na comunicação da Câmara dos Deputados, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) a avaliação da abertura redigida por Bruno e as orientações que Helena deve dar para a reescrita;

b) a procedência dos argumentos de Bruno contra a reescrita;

c) a adequação da conferência proposta pelo chefe de reportagem.

Resposta em até 20 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

PEÇA TÉCNICA

Em 19 de outubro de 2026, a Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados pediu à Secretaria de Comunicação Social (Secom) apoio de imprensa para um ciclo de seminários regionais da Câmara, abertos ao público, sobre projetos de lei de prevenção de desastres causados por chuvas. Os seminários foram marcados para Recife (27 de novembro), Belém (30 de novembro) e Porto Alegre (4 de dezembro), com debates coordenados pelo deputado Otávio Lacerda e participação prevista de moradores de áreas de risco.

O deputado propôs à Assessoria de Imprensa uma entrevista coletiva na Câmara, em Brasília, na quarta-feira, 18 de novembro, às 18h, para repórteres de veículos nacionais. Pediu também que o jornal de maior audiência de Recife recebesse o material do ciclo dois dias antes dos demais, com uma entrevista exclusiva com ele; que a Secom solicitasse aos veículos o envio das matérias para revisão dele antes da publicação; e que seu nome constasse do título de todos os "releases". Como critério de sucesso, sugeriu contar as matérias que o citassem.

Ao preparar o plano, a Assessoria de Imprensa verificou que o "mailing" reúne sobretudo jornalistas de Brasília e que boa parte dos contatos das três capitais está desatualizada. Dois repórteres de jornais nacionais consultados disseram que não cobririam seminários fora de Brasília. Na mesma semana, uma rádio de Recife e um portal de Belém pediram à Secom a agenda do ciclo.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de analista legislativo da área de Jornalismo, lotado(a) na Assessoria de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, redija um plano de assessoria de imprensa, de até 50 linhas, atendendo à demanda da Diretoria-Geral, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

a) o diagnóstico da demanda e os objetivos do plano, com a indicação dos veículos prioritários;

b) a avaliação da entrevista coletiva proposta e os instrumentos de assessoria a empregar, com o momento de uso de cada um;

c) a análise dos demais pedidos do deputado, à luz da Política de Comunicação da Câmara dos Deputados e das orientações sobre o relacionamento entre assessoria e imprensa;

d) o monitoramento e a análise de mídia durante e após o ciclo, com a avaliação do critério de sucesso sugerido.

Resposta em até 50 linhas

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0